tivo do referido ACES e com parecer favorável da Delegada de Saúde Regional e da Delegada de Saúde Coordenadora do mesmo ACES.

O presente despacho produz efeitos a 3 de janeiro de 2016.

7 de abril de 2016. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.
209524931

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso n.º 5481/2016

Através do Aviso n.º 3903/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57 de 22 de março de 2016, foi tornada pública a lista de trabalhadores que celebraram contrato com o Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, I. P.) na sequência do procedimento concursal comum, com a ref.ª AT-TOTE-INEM 01/2015, aberto pelo Aviso n.º 3093/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58 de 24 de março de 2015, com vista ao preenchimento de 70 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico, para Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, bem como as respetivas datas de início e os júris de avaliação do período experimental.

Através do Aviso n.º 4775/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70 de 11 de abril de 2016, foi tornada pública a lista de 15 trabalhadores que cessaram o contrato de trabalho em funções públicas celebrado na sequência do procedimento atrás referido.

Tendo presente o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e o artigo 265.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2015 de 20 de junho, após consulta da entidade gestora do sistema de requalificação sobre a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil procurado, recorreu-se à reserva de recrutamento constituída no procedimento, tendo sido contactados, por ordem, os candidatos aprovados colocados em posições posteriores à 70.ª, tendo 15 desses candidatos concordado em celebrar contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o INEM, I. P.

Assim, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do concurso aberto pelo Aviso n.º 3093/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58 de 24 de março de 2015, foram celebrados os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado abaixo listados, que têm efeitos às datas constantes da mesma lista, sendo remunerados de acordo com a 1.ª posição remuneratória da categoria e carreira de Assistente Técnico, nível remuneratório 5.º da tabela remuneratória única, € 683,13:

Nome	JAPE	Data do início do contrato
Fábio Rafael Oliveira Rodrigues	JAPE Norte	04/02/2016
Luis Ricardo Salazar Reis	JAPE Sul	11/02/2016
Diogo Manuel Ferreira Vencá	JAPE Sul	04/02/2016
Raul Emanuel Almeida Lopes	JAPE Sul	04/02/2016
Ana Manuela Cardoso de Almeida	JAPE Sul	11/02/2016
Nuno Jorge Mamede de Sousa Torres	JAPE Sul	04/02/2016
Sónia Alexandra Pereira Martinho	JAPE Sul	11/02/2016
Cátia Sofia Tomaz Arrenega	JAPE Sul	11/02/2016
Ana Rita Vieira Gonçalves	JAPE Sul	04/02/2016
Patricia Alexandra Rodrigues da Costa	JAPE Sul	04/02/2016
Paulo Alexandre Pereira Ramos Gonçalves	JAPE Sul	04/02/2016
Edgar Tavares da Horta	JAPE Sul	04/02/2016
Sónia Liliana Duarte Caseiro	JAPE Sul	04/02/2016
Filipa Isabel Ramos Pereira Carvalho	JAPE Sul	11/02/2016
Catarina Alexandra Marquez Novais	JAPE Sul	11/02/2016

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram constituídos os seguintes júris de avaliação de período experimental (JAPE), que acompanham e avaliam os respetivos trabalhadores durante o mesmo, conforme notas constantes da lista acima:

JAPE Norte:

Presidente: António José Táboas Lages Amorim, Diretor da Delegação Regional Norte;

1.º Vogal efetivo: Ana Paula Pereira da Silva Dias, Assistente Técnica — Técnica Operadora de Telecomunicações de Emergência, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efetivo: Maria de Fátima Ribeiro da Silva, ATE — 1.ª classe;

1.º Vogal suplente: Sérgio José da Cunha Silva, Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos;

2.º Vogal suplente: Sérgio João Macedo Aguiar Gonçalo — Assistente Técnico — Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência.

JAPE Sul:

Presidente: Francisco António da Silveira Chichorro Marcão, Responsável da Delegação Regional Sul;

1.º Vogal efetivo: Jaime José Naia Teixeira, Auxiliar de Telecomunicações de Emergência de 1.ª classe, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efetivo: Regina Cláudia Gonçalves Rodrigues da Silva Ferro, Assistente Técnica — Técnica Operadora de Telecomunicações de Emergência;

1.º Vogal suplente: Sérgio José da Cunha Silva, Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos;

2.º Vogal suplente: Paulo Manuel Simões Antão, Assistente Técnico — Técnico Operador de Telecomunicações de Emergência.

O período experimental iniciou-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias.

19 de abril de 2016. — O Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Gestão de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.
209522906

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

Despacho n.º 5740/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na última versão aprovada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na última versão aprovada pelo Decreto-Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e ao abrigo do despacho n.º 2312/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de fevereiro de 2016:

1 — Subdelego no presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, engenheiro David Jorge Mascarenhas dos Santos, a competência para autorizar a despesa com a aquisição de serviços de manutenção evolutiva e corretiva e suporte aplicativo do Sistema de Informação de Gestão do Programa Operacional Regional CRESC2020 e de manutenção e suporte do Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional Algarve 21.

2 — A delegação de competências referida no número anterior abrange a autorização para a realização de despesas e respetivos pagamentos até ao montante referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, bem como a competência para a decisão de contratar e as demais competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar.

3 — Ficam ratificados todos os atos praticados pelo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, no âmbito das competências agora delegadas, desde a data da assinatura do presente despacho e até à data da sua publicação.

4 — O presente despacho produz efeitos à data da sua publicação.
22 de março de 2016. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Ángelo Nelson Rosário de Souza*.

209530025

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Despacho n.º 5741/2016

Pelo Despacho n.º 3899/2016, de 26 de janeiro, do Secretário de Estado das Infraestruturas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de março de 2016, foi declarada a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra do «Lanço 2.1 B) — ER125 — Lagos — Saída Variante a Lagos/Nó do IC4 — Troço 3».